

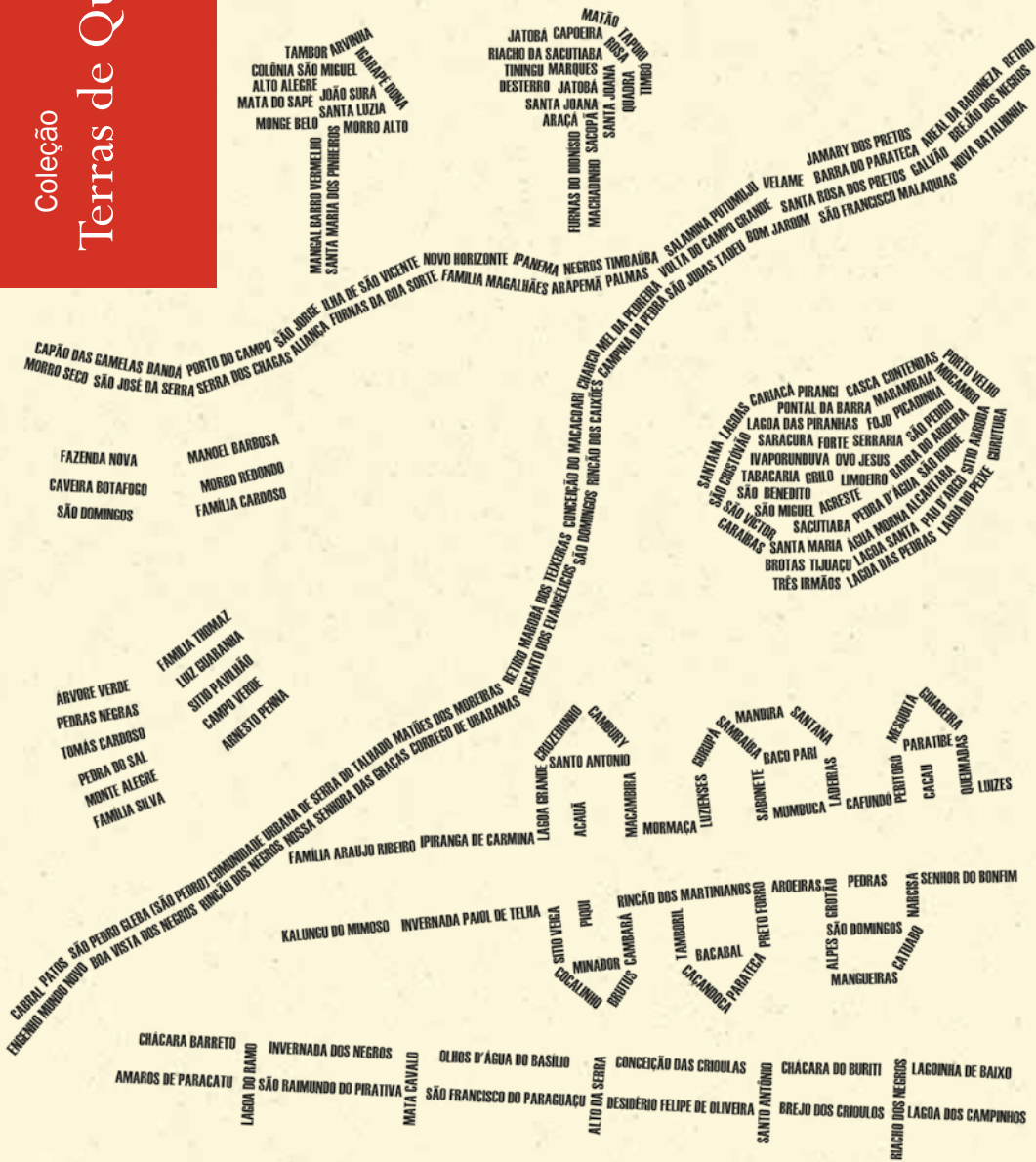


Coleção

Terras de Quilombos

Rio de Janeiro

Comunidade Quilombola Alto da Serra do Mar



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Alto da Serra do Mar

O Quilombo Alto da Serra do Mar é formado por 17 famílias, com cerca de 80 pessoas, que vivem e produzem em uma área localizada no distrito de Lídice, no município de Rio Claro (RJ), vizinho a Angra dos Reis, em um vale entre as serras da Casaca e do Sinfrônio. A comunidade foi formada a partir da união das famílias Leite e Antero, que são descendentes de trabalhadores escravizados nas antigas fazendas de café da região do Médio Paraíba. Em busca de áreas onde podiam produzir carvão vegetal, eles mudavam-se de um local a outro na região, até se instalarem definitivamente nessas terras, por volta de 1950.





A mata do Sertão do Sinfrônio foi intensamente explorada para produção de carvão. Quando a demanda por carvão vegetal decaiu, os quilombolas foram se dedicando cada vez mais à agricultura de subsistência, à venda da banana e à criação de peixes em tanques, exercendo também trabalhos variados na região.

Apoiado em uma tradição de amor à terra e resistência à expulsão de seu lugar – o “caminho quilombola”, como diz um de seus membros mais ativos –, o Quilombo Alto da Serra é exemplo de uma trajetória de afirmação de direitos que merece ser conhecida.



História da ocupação da região de Rio Claro

A ocupação do interior do estado do Rio de Janeiro, especialmente no Vale do Paraíba, se intensificou a partir dos séculos 17 e 18 em torno das estradas abertas para o transporte do ouro retirado de Minas Gerais.

No final do século 18, o Vale do Paraíba tornou-se uma das principais áreas produtoras de café, com o uso de mão de obra escravizada. Um século depois – com o solo esgotado, o preço do café no mercado internacional em baixa e a abolição do regime escravocrata –, a produção cafeeira do Vale do Paraíba entrou em crise.

Na virada do século 20, alguns municípios, entre os quais Rio Claro, voltaram-se para a pecuária extensiva e a horticultura, entrando num período de retração econômica. Em 1910 foi inaugurada a linha de ferro que ligava Minas Gerais a Angra dos Reis, passando por Lídice, o que possibilitou um maior relacionamento com o litoral.

Durante a primeira metade do século 20, a cidade de Rio Claro cresceu em função do tráfego ferroviário. Entre 1930 e 1950 a região do Médio Paraíba passava por um processo de industrialização, impulsionado pela instalação de siderúrgicas. Na década de 40, foi aberta a Rodovia Presidente Dutra, ligando Rio de Janeiro a São Paulo e cortando a região do Médio Paraíba. Isso impulsionou a produção de carvão vegetal para alimentar as indústrias. A atividade era implementada por empresários que agenciavam o trabalho dos carvoeiros e negociavam o carvão em



Antiga estação situada no limite do território quilombola



O território é cortado por um segmento da Estrada Real, por onde era escoado o ouro extraído em Minas Gerais

seus armazéns locais, sem serem necessariamente donos da área de mata explorada.

Em Lídice, alguns armazéns ficavam na vila, e outros se localizavam mais próximos das áreas de produção de carvão. Esse era o caso dos armazéns que recebiam o carvão produzido no Sertão do Sinfrônio, uma região do alto de uma das serras que ladeiam o território da comunidade, a Serra do Sinfrônio. Havia também tropeiros que levavam o carvão da mata, onde era produzido em fornos, para os armazéns. Ali, a carga referente a cada um dos carvoeiros era contabilizada. O armazém era também o local onde o carvoeiro se abastecia, comprando alguns produtos “na caderneta” e acertando no final do mês. **Os carvoeiros e suas famílias – geralmente descendentes de escravizados nas antigas fazendas de café – não se fixavam no mesmo local. Iam se mudando, agenciados pelos empresários, em busca de ambientes com melhores condições de trabalho. Lá permaneciam até que os recursos da mata esgotassem ou recebessem notícia de uma área melhor.** Quando o novo local agradava, o carvoeiro construía uma casa nova ou ocupava uma que encontrava abandonada. Em cada lugar que chegava, demarcava seu taião, a área onde exploraria madeira e construiria fornos.

O Sertão do Sinfrônio, que hoje conta com apenas umas poucas casas, era a área preferida para a exploração de carvão na década de 1950. Era explorada principalmente por dois empresários: Sebastião Bernardino e Levino das Neves. Os moradores mais velhos de Alto da Serra se lembram do movimento e animação da vida naquela época. Lembram que muitas pessoas moravam lá com suas crianças e que o tráfego de caminhões era intenso. Quando a atividade começou a decair, entre 1950 e 1960, os carvoeiros foram parando de circular, se fixando em áreas menos cobiçadas e voltando-se para a agricultura.

As famílias Leite e Antero passaram cerca de 30 anos fazendo carvão vegetal, atravessando os vales do Paraíba e do Piráí (onde até a primeira metade do século 19 era produzido café). A família Antero foi a primeira a se estabelecer no Sertão do Sinfrônio. Conta-se que Domingos Antero era de Santa Isabel do Rio Preto e chegou

ao Sinfrônio em 1953, acompanhado de seus filhos. Em seguida, foi levado por seu “patrão”, o empresário de carvão João Medeiros, para o Alto da Serra, onde continuou ligado à produção de carvão durante alguns anos e aos poucos foi começando a dedicar-se à produção agrícola, cultivando seu sítio ali. Com isso, passou a produzir para sua família com mais liberdade, separando um pouco para a venda. **Alcides Leite e sua mulher Benedita chegaram com seus filhos ao Sertão do Sinfrônio cerca de cinco anos depois dos Antero, em 1959, já no período lembrado como o do “fracasso do carvão”.** Ali, Alcides trabalhou por algum tempo para Sebastião Bernardino.



Um antigo forno de carvão em Alto da Serra

A formação da família Leite

A ocupação do Alto da Serra pelas famílias Leite e Antero está ligada ao antigo trabalho na atividade carvoeira. Nesse processo, levados por seus patrões e agenciadores, formaram seus sítios em áreas que eram ou dos patrões de carvão ou de terceiros. Em 1965 ocorreu o primeiro casamento entre as famílias Leite e Antero. O Sr. Benedito Leite, mais conhecido como “Seu Dito”, morava com o pai no Sertão do Sinfrônio quando conheceu Terezinha Antero. Os dois se casaram e foram morar na casa do pai da noiva, Domingos Antero, no Alto da Serra. Seu Dito passou a trabalhar para Sebastião

Bernardino, enquanto seu pai continuava a trabalhar para o mesmo patrão no Sertão do Sinfrônio. Mais tarde, o casal mudou-se para a casa onde vive até hoje, no território em processo de regularização.

Outros dois irmãos Antero também se casaram com duas irmãs Leite. Em 1966, Sebastião Antero e Sebastiana Leite casaram-se e foram morar nos limites do sítio de Domingos. Já na década de 1970, Miguel Antero e Alcidéia Leite também se casaram, indo morar na área urbana de Lídice. Em 1971, Alcides Leite finalmente se mudou com sua família do Sertão do Sinfrônio para o Alto da Serra, na mesma área de Sebastião Bernardino. Quatro de seus filhos, ao se casarem, fizeram suas casas e continuaram na área, também trabalhando para Sebastião Bernardino.

Mais tarde, a terceira geração – formada por netos e netas do Sr. Alcides e de Seu Dito – novamente constituiu família no Alto da Serra. Mesmo os que se mudaram para perto da cidade, onde foram trabalhar, costumavam abrir suas roças nas terras da família. Uma terceira família, a dos Santos, juntou-se ao grupo através de casamentos. Descendem de escravizados das fazendas de café do município de Valença, no distrito de Santa Isabel, local de origem da família Antero e do quilombo de São José da Serra.

A ideia de família é fundamental para entender como os quilombolas de Alto da Serra se veem e se relacionam. É o caráter familiar que garante a confiabilidade das decisões coletivas. Apesar disso, alguns vizinhos também participam da vida religiosa e das atividades de sua associação – por exemplo, quando o assunto é a produção, as condições das estradas ou o acesso a serviços públicos.

Quando Domingos Antero chegou ao Alto da Serra, agenciado pelo empresário João Medeiros, foi morar em uma área que pensou ser de seu patrão. Só depois ficou sabendo que as terras tinham outro dono, José Maria Rola. **Quando o genro de José Maria Rola foi fiscalizar as terras do sogro, concordou em deixar Seu Dito morando ali, “tomando conta” das terras, e podendo cultivar seu sítio.** Seu Dito conta que ninguém na região chegou a conhecer José Maria Rola, que seria um comprador de terras “pra todo lado”, e “que todo terreno que ia a leilão ele comprava e largava”.

Conta-se que no início da década de 1970 o empresário Sebastião Bernardino intermediou o contato de um certo Araquém Faissol com os proprietários da área. Araquém comprou vários terrenos na região para usá-los como garantia de empréstimos bancários. Comprou terras em Alto da Serra e em regiões próximas, inclusive os sítios dos pais de Seu Dito e de Domingos Antero. Araquém permitiu que ele fizesse uso da terra à vontade, “tomando conta” do terreno, sem garantir assistência ao grupo. **“A ordem dele era a seguinte: nas terras dele, eu podia fazer o que eu quisesse. Ele inclusive um dia falou assim: ‘Ó, se eu chegar aí e achar um prédio que você fez, não tem problema. Você pode fazer o que você quiser’.** Foi onde eu plantei muito bananal, fiz roça, porque tinha liberdade”, conta Seu Dito.

Seu Dito era, naquela época, a liderança da família e do território e passou a “tomar conta” não apenas do sítio de seu sogro, mas de toda a área de Alto da Serra para os proprietários ausentes. Aos poucos foi assentando sua família na área, primeiro os irmãos e irmãs que se casavam e, anos mais tarde, seus filhos e filhas, demarcando os espaços de moradia e produção. **Enquanto a família Leite ia construindo fortes vínculos com a terra, com base no investimento de trabalho e no caráter familiar de sua ocupação, os “donos” se mantinham ausentes. Não ocupavam**



O Sr. Benedito Leite, mais conhecido como Seu Dito

efetivamente as terras, e sim eles, os que “tomavam conta”. O vínculo informal estabelecia que a ocupação e posse da terra se daria sem nenhuma obrigação nem expectativa de qualquer contraprestação, só a de não vendê-la a terceiros. O “tomar conta” como encargo dos quilombolas de Alto da Serra deriva de um vínculo empregatício informal, legitimando sua demanda por direito à terra, reconhecido e validado pelo grupo, e mesmo pela população vizinha.

Há cerca de 30 anos, quase todos os membros da segunda geração da família Leite ingressaram na igreja evangélica Assembleia de Deus. Há 20 anos uma congregação da Assembleia de Deus de Lídice foi construída em Alto da Serra, no quintal da casa de Seu Dito e de Dona Terezinha Leite. Seu Dito e seu irmão Juventino Leite são lideranças religiosas locais, responsáveis pela liturgia da congregação. Além das reuniões que organizam, as festas religiosas mostram a importância da igreja para a congregação da comunidade com seus vizinhos e parceiros. Os quilombolas também são convidados a participar de festas em outras igrejas, onde se fazem muito presentes. Essa identidade familiar é reconhecida pelos vínculos comunitários que o grupo estabelece em Lídice, e mesmo no município de Rio Claro. São muito conhecidos como “os Leite”.



Escola dominical em Alto da Serra

Encontro com a Justiça

Entre as décadas de 1950 e 1990, essa região do Vale do Paraíba não era atrativa para empreendimentos econômicos. Os supostos proprietários da área em que vivia a família Leite não demonstravam interesse de explorar a terra. **Tendo vivido desde a década de 1950 com certa autonomia em relação aos “patrões”, “tomando conta” do território e produzindo livremente, a família Leite viveu pela primeira vez, ao final da década de 1980, conflitos em relação à terra. Parte do território tradicional foi objeto de uma ação de reintegração de posse movida pelo proprietário mais recente dessa terra. A experiência foi traumática e abateu a confiança dos Leite.**

Em 1980, dois terrenos de um mesmo proprietário (um com 111 e outro com 63 hectares, o que representa perto da metade da área do território quilombola) foram penhorados por conta de uma dívida. A área era justamente onde alguns quilombolas tinham seus bananais e outros roçados. Em 1983, as terras foram arrematadas em leilão por um comprador de fora da comunidade. O proprietário anterior entrou com uma ação apontando falhas processuais relativas às avaliações judiciais da área penhorada, que não consideravam o bananal, e irregularidades no processo de arrematação. Em 1989, o juiz negou provimento ao recurso. O comprador tentou então ocupar a área e interromper as atividades produtivas dos quilombolas. **Conta-se que, quando o comprador chegou à região, mandou destruir o local onde os quilombolas depositavam a produção de banana a ser levada para as feiras.** Seu Dito diz que não pretendia abandonar a área de plantio, e foi combinar com o novo proprietário de continuar “tomando conta” como fazia com o dono anterior. Como ele se negou, Seu Dito propôs um ressarcimento dos bananais, para não ficar no prejuízo.

Em 1991, o novo proprietário ajuizou uma medida cautelar requerendo a vistoria da área, alegando que a propriedade estava sendo indevidamente utilizada e que deveria ser desocupada para poder dar início a um projeto agropecuário. Em 1993, interpôs uma ação

de reintegração de posse, com pedido de liminar. Argumentava que a área denominada “Alto da Serra” era de sua propriedade e que teria sido invadida e as pequenas plantações de bananas estavam lá há mais de 20 anos. Disse ainda que suas tentativas de resolução “amigável” haviam sido mal sucedidas, com a recusa dos réus em desocupar a área.

Só então os réus contestaram. Os quilombolas contra-argumentaram com a mesma evidência dos bananais, pois como foram plantados por eles, comprovavam que a sua posse – que tinha mais de 20 anos – não tinha sido contestada nem submetida a restrições de parte dos donos anteriores. Era um modelo de “posse comunitária e familiar”, que o próprio proprietário confirmara ao admitir a existência das plantações de banana.

Entre 1993 e 1996 o caso passou por seis juízes. Em 1995 os advogados dos quilombolas pediram provas testemunhais e documentais, mas abandonaram o caso, alegando “dificuldade de se contatar com os mesmos que moram nas Serras de Lídice e de difícil acesso”. Como já havia acontecido antes, os Leite ficaram mais uma vez sem advogado.

Com uma nova advogada, os Leite voltaram a se defender, afirmando que cultivavam a propriedade por mais de 35 anos de forma sempre pacífica e de boa-fé, cabendo o reconhecimento legal de seu direito a usucapião. Caso o juiz reconhecesse a posse do novo proprietário, pediam indenização das benfeitorias e plantações, para não serem totalmente prejudicados por sua boa-fé. No mesmo mês, essa advogada também abandonou o caso, alegando motivos pessoais. **Enquanto isso, as famílias sofriam ameaças.** O fazendeiro se defendia dizendo que até 1988, data da compra, os quilombolas não moravam na área comprada, mas num terreno vizinho, pertencente ao antigo proprietário da área. Passou a dizer que as plantações tinham sido feitas por ordem desse proprietário anterior (apesar de também ter dito que a banana era nativa).

Quatro anos depois, em 1996, o juiz decidiu pela procedência da ação de reintegração de posse da área e ainda intimou os quilombolas

a pagarem as custas do processo e os honorários advocatícios. Em 2002 foi expedido o mandado de reintegração de posse. Quando o oficial de justiça apresentou a notificação, Seu Dito se recusou a assinar o documento e a desocupar a área. O requerente da ação judicial pediu o uso de força policial e disse que caso fosse necessário alugaria um trator para, “sob as vistas dos Oficiais de Justiça”, “promover as medidas cabíveis” para a efetiva reintegração.

Os oficiais de Justiça retornaram à área acompanhados de policiais, para reforçar o mandado. Para dona Terezi-nha esse foi um momento em que as instituições do direito formal deslegitimaram o direito da família. A própria ação da Justiça levou a família Leite a perceber a necessidade de buscar alternativas para a regularização fundiária e demandar a titulação do território quilombola.

Durante todo esse processo, muitas vezes Seu Dito saía de madrugada para o fórum quando era intimado, perdendo muitos dias de trabalho, e mesmo assim não conseguiu se defender no processo legal. Em 2003, esse longo e sofrido processo judicial se resolveu quando o dono finalmente fez um acordo judicial com Seu Dito. Reconhecendo que a posse quilombola era anterior à sua aquisição da área, doou parte da área, se comprometeu a fazer a escritura e a custear a abertura de uma via de acesso.

O “caminho quilombola”

A experiência jurídica da reintegração de posse produziu um amargo encontro entre o modo de vida tradicional da comunidade quilombola de Alto da Serra e as instituições do Direito. A partir daí, a comunidade foi capaz de mobilizar um novo conjunto de ideias e atores, e reformular suas estratégias de organização política. O desfecho da ação de reintegração de posse coincidiu com o momento em que um professor de Lídice, ligado a uma organização do movimento negro, propôs aos alunos um levantamento de comunidades rurais da região que pudessem ser consideradas remanescentes de quilombos.

Isaías Leite, que era seu aluno, apresentou-lhe os Leite de Alto da Serra, e então teve início a relação da comunidade com instituições e atores externos, como ONGs e a Fundação Cultural Palmares. Por incentivo do professor, a família criou uma associação de trabalhadores rurais para resolver o problema da terra.

A associação chamava-se “Alto da Serra”, sendo também conhecida por “Nós da Roça”. Foi um espaço político de organização do grupo que consolidou as bases de sua identidade coletiva. **Além de espaço de organização da família Leite em torno do tema da regularização da terra, a associação de trabalhadores rurais vem cumprindo o papel de representação formal de uma comunidade quilombola já reconhecida politicamente.** A associação também se tornou espaço para o estabelecimento de uma assessoria jurídica popular, não só voltada para os Leite, mas também para camponeses vizinhos. Seus associados recorrem a ela em busca de amparo político em situações de ameaça em relação à terra, para articular canais para assessoria jurídica popular, e para dar visibilidade local a violações de direitos.

A assistência de advogados populares e de outros assessores foi uma experiência que os Leite guardam com alegria. **A relação entre a comunidade e as autoridades locais começou negativamente – pois os Leite foram inicialmente caracterizados como invasores –, mas depois de muito perseverar alcançaram um reconhecimento positivo a partir da reivindicação de seus direitos constitucionais ao território quilombola. A associação fortaleceu as formas de a família Leite expressar a história de sua relação com o território. Os efeitos legais e políticos do reconhecimento como remanescentes de quilombo ficaram mais evidentes.** O grupo se inseriu no movimento quilombola do estado e em fóruns de discussão sobre políticas públicas, agricultura e meio ambiente de abrangência municipal, estadual e nacional, e foi convidado a participar de diferentes projetos e cursos. A liderança, que antes era exercida de forma espontânea por Seu Dito e por Dona Terezinha Leite, passou a ser exercida de maneira formal por seus filhos e filhas, noras e genros.



Estudo e mapeamento do território: “A gente não sabia como dar uma definição, mas sabia que estava indo por um caminho quilombola” (Isaiás Leite)

O direito territorial está vinculado à trajetória dos filhos e filhas da primeira geração dos Leite e dos Antero no território, que teriam formado as *famílias*, termo utilizado como categoria de diferenciação interna ao grupo. O território da comunidade quilombola de Alto da Serra é composto por duas áreas descontínuas de terra, uma para moradia e produção, e outra, conhecida como “Cameru”, apenas para a produção. Os dois terrenos totalizam 327,19 hectares, dos quais 276,31 hectares devem ser área de preservação permanente e reserva legal.

Hoje, a família Leite é reconhecida e respeitada como comunidade quilombola. Organiza-se de modo combativo para conquistar seus direitos sociais e o acesso a serviços públicos adequados, para que as novas gerações possam garantir seu modo tradicional de viver. Foi com muita luta e sabedoria que os quilombolas de Alto da Serra conduziram sua história, tão fortemente ligada às terras onde se constituíram.

Esta narrativa foi composta por Ana Carolina Estrela da Costa com base no Relatório Antropológico produzido em 2010 por André Luiz Videira através de parceria entre INCRA-RJ e a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF), coordenado por Eliane Cantarino O’Dwyer. O RTID foi organizado pelo GT do INCRA-RJ formado por Miguel Pedro Alves Cardoso, Vanilton Ribeiro dos Santos, Leandro Pires Conti Guimarães, e João Paes Machado Brito. Todas as fotos são do RTID.

Uma palavra da comunidade

Alto da Serra

Nós viemos da Fazenda Madeireira, que fica no estado de São Paulo. Lá trabalhávamos com a produção de carvão, que era trocado por mantimentos. Com o passar do tempo, a carvoaria se tornaria proibida e o patrão, dono da fazenda e atravessador na compra do carvão, nos abandonaria.

Saímos daquele lugar e fomos parar em Alto da Serra, no estado do Rio de Janeiro. A agricultura foi nossa principal atividade, mas era difícil encontrar um local para vender nossa produção. Naquela época não havia açougues e armazéns, então produzíamos para nos alimentar, vivíamos da caça e não tínhamos moradia fixa, vivíamos como nômades, como os indígenas. As casas eram de taipa e para sua construção usávamos madeira, cipó para tecer a ripa, palha para a cobertura, barro para barriar a parede e o chão era batido.

Em Alto da Serra não tínhamos acesso à saúde pública, então as mulheres não faziam pré-natal e as crianças nasciam em casa com a ajuda de uma parteira da comunidade. As dificuldades aumentaram ainda mais na década de 1990, quando pessoas estranhas passaram a ocupar nossas terras e expulsar a comunidade.

Nessa época, a Justiça atendia mais o lado dos ocupantes, algumas pessoas e famílias da comunidade chegaram a sair das terras, mas a maior parte resistiu e ficou em meio ao conflito. Essa foi uma etapa muito difícil, mas a parceria com muitas ONGs do Rio de Janeiro e outros quilombos que já tinham suas terras tituladas, como o Campinho da Independência, nos fortaleceu na luta. Passamos a conhecer os direitos dos povos tradicionais; aí foi uma briga mais jurídica. Mas o entrave permanece, já que ainda existem ocupantes na terra e estes já venderam partes do território, apenas com recibo de compra e venda.

A comunidade continua resistindo. Trabalhamos com agricultura orgânica, produzimos doce de leite, artesanato, e atuamos no programa de agricultura familiar, que fornece alimentos para a escola local.

Uma das nossas mais importantes conquistas foi a indicação e posse de uma moradora da comunidade na direção da escola local e a adoção de um ensino que fala da nossa origem. Uma pessoa que conhece nossa história e nossos filhos. Além disso, conquistamos também o direito de ter um agente comunitário de saúde do próprio quilombo. Mas nosso maior sonho é ter o título de propriedade para que a comunidade trabalhe de forma mais segura, atinja mais programas do governo e alcance projetos que não podem ser implantados sem o título definitivo da terra.

Por fim, não podemos nos esquecer dos nossos avós, que não estão mais vivos. Nossa homenagem a eles, que foram pivôs de tudo, e que viveram numa época em que não existia nenhum conhecimento jurídico. São pessoas que nos deram a base para estarmos aqui hoje; através deles homenageamos nossos pais e tios, que resistiram com trabalho para continuarmos na terra.



Netos de Seu Dito



Família Leite

Este texto foi escrito a partir de conversas concedidas à Equipe de Consulta ao telefone por Benedito Filho, liderança da comunidade.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

E82qa Estrela da Costa, Ana Carolina
Quilombo Alto da Serra / Ana Carolina Estrela da Costa. - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado em Relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) dos
remanescentes das comunidades dos quilombos de Alto da Serra do Mar - RJ
de André Luiz Videira de Figueiredo.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Figueiredo, André Videira de; Relatório
técnico de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos de
Alto da Serra do Mar -RJ. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.



CES - AL

